um crédito especial de 6.250\$, a inscrever em adicional ao orçamento privativo do Hospital do Ultramar, destinado a suportar os encargos com ajudas de custo no corrente ano, tomando como contrapartida o saldo do exercício findo daquele organismo.

Ministério do Ultramar, 23 de Junho de 1959. — Pelo Ministro do Ultramar, *Alvaro Rodrigues da Silva Tavares*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Direcção-Geral de Economia

Repartição de Povoamento

Portaria n.º 17 230

Atendendo ao que foi exposto pelo Governo-Geral de Angola:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 18.º do Decreto de 20 de Setembro de 1906, que regula a pesquisa e lavra de minas nas províncias ultramarinas, e em harmonia com o disposto na base XI da Lei Orgânica do Ultramar Português, declarar livre a pesquisa mineira a região vedada e definida pelo Decreto do Alto-Comissário da República n.º 257, de 16 de Março de 1923, ressaltando as reservas e concessões mineiras feitas e outorgadas posteriormente.

Ministério do Ultramar, 23 de Junho de 1959. — Pelo Ministro do Ultramar, *Carlos Krus Abecasis*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *Carlos Abecasis*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Secretário de Estado do Comércio

Portaria n.º 17 231

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Comércio, para execução do disposto no Decreto-Lei n.º 26 317, de 30 de Janeiro de 1936, o seguinte:

1.º É fixada em \$05 por litro a taxa, a que se refere o Decreto-Lei n.º 26 317, de 30 de Janeiro de 1936, a aplicar sobre os vinhos e seus derivados no ano de 1959.

2.º A referida taxa será cobrada na área da região demarcada do Dão apenas sobre os retalhistas; a sua cobrança, quanto aos vinhos expedidos para fora daquela área, será efectuada nos termos do artigo 7.º do mesmo decreto-lei.

3.º O rendimento presumível da cobrança na última parte do número anterior será acordado pela Junta Nacional do Vinho e pela Federação dos Vinicultores do Dão e entregue a esta, deduzidas as despesas de cobrança e outras legítimas. Na falta de acordo, será o rendimento determinado pela Comissão de Coordenação Económica, com base nos elementos fornecidos pelos referidos organismos.

4.º Continuam isentos da aplicação da taxa os vinhos engarrafados de marca registada produzidos na área da Junta Nacional do Vinho e os vinhos de outra proveniência quando em recipientes de capacidade até

5,31 devidamente rotulados e trazendo aposta a marca oficial de origem, se a ela tiverem direito.

5.º Continuam igualmente isentos na cidade do Porto e no entreposto de Gaia os vinhos verdes e os vinhos de pasto da região dos vinhos generosos do Douro.

Ministério da Economia, 23 de Junho de 1959. — O Secretário de Estado do Comércio, *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira*.

MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Decreto n.º 42 346

No artigo 25.º do Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40 651, de 21 de Junho de 1956, fixou-se o quadro das especialidades médicas legalmente reconhecidas, prevendo-se, no artigo 26.º, a sua extensão à medida que a evolução da medicina o exigir.

Ao abrigo do mencionado artigo 26.º, o conselho geral da Ordem dos Médicos propôs ao Governo a criação da especialidade de neuropsiquiatria infantil, por se tratar de um ramo da medicina que em toda a parte constitui uma especialização, com autonomia e métodos próprios e com largo alcance humano e social.

Considerando que a proposta obteve parecer favorável do Ministério da Educação Nacional, pela Junta Nacional da Educação e pelas Faculdades de Medicina de Lisboa, Porto e Coimbra;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É criada a especialidade de neuropsiquiatria infantil, que, para todos os efeitos, passa a considerar-se integrada no quadro das especialidades reconhecidas pelo artigo 25.º do Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40 651, de 21 de Junho de 1956.

§ único. É permitido acumular o exercício desta especialidade com as de pediatria, neurologia e psiquiatria.

Art. 2.º As inscrições na especialidade de neuropsiquiatria infantil serão efectuadas em conformidade com o disposto na secção II do capítulo II do Estatuto da Ordem dos Médicos.

§ 1.º Aos candidatos ao título de especialista reconhecido por este diploma é exigido:

- a) O estágio pós-escolar de medicina e cirurgia geral a que se referem o artigo 17.º e § 1.º do Estatuto da Ordem dos Médicos;
- b) Um ano de estágio de especialização em pediatria;
- c) Um ano de estágio de especialização em psiquiatria geral;
- d) Um ano de estágio de especialização em neurologia;
- e) Dois anos de estágio de especialização em psiquiatria infantil.

§ 2.º O estágio de neurologia é acumulável com o de psiquiatria geral.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Junho de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Veiga de Macedo*.